

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

MAURICIO DE ALMEIDA ABREU

Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)

Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. 2 V. 904 p.

PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

Universidade Federal da Bahia
Universidade Católica de Salvador
pavascon@uol.com.br

A leitura dos manuscritos facilitou a tentativa de resenhar o monumental livro lançado em dezembro de 2010, resultado de uma pesquisa que levou pelo menos quinze anos para ser concluída, embora não seja tarefa fácil. Em resenha anterior, para outra revista, aproveitei texto do Mauricio, da própria introdução, pois considerei que não poderia resumir melhor que o autor o conteúdo do próprio livro. Desta vez, tentei fazer uma resenha a partir da minha visão, em que procurei sintetizar o riquíssimo trabalho e, ao mesmo tempo, divulgar e incentivar a leitura desse livro, que marca uma nova fase na Geografia Histórica e mesmo na Geografia brasileira, obra que já começou a receber prêmios nacionais e resenhas internacionais.

Mauricio Abreu, *Master e Ph.D* em Geografia pela *Ohio State University*, tem pós-doutoramento em universidades na Alemanha e na França. Foi Professor Titular em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador CNPq 1-A.

O livro *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, publicado em dois volumes, com luxuosa apresentação e rico conteúdo, trata da cidade do Rio de Janeiro e de sua região de influência na perspectiva dessa subdisciplina. É o resultado do longo trabalho de pesquisa efetuado por Mauricio Abreu, voltado para os dois séculos iniciais da cidade e região, justamente os de documentação de mais difícil acesso. O autor dedicou-se à exaustiva pesquisa de documentos primários em arquivos, tanto no Brasil, como em Portugal e no Vaticano. Montou um riquíssimo banco de dados no Núcleo de Pesquisa de

Geografia Histórica, que havia implantado na UFRJ, o que permitiu estabelecer novas relações e encontrar respostas a questões importantes, sobretudo a partir do exame dos livros de escrituras dos cartórios do Rio de Janeiro (mais de 500 livros) e nas mais de 244 caixas de documentos avulsos no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal. Deve ser destacado que, em paralelo às suas pesquisas, Mauricio formou uma extensa equipe no domínio da Geografia Histórica.

O primeiro volume, além da Introdução, traz ainda duas partes, subdivididas em capítulos.

Na Introdução, o autor inicia sua narração numa bela forma literária: “Este trabalho pretende estudar um lugar. Não se trata, entretanto, de um lugar qualquer: o que objetivamos aqui é discutir um lugar que não existe mais, um lugar do passado, no caso, o Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII” (v. I, p. 15). As dificuldades já estão, portanto, anunciadas, sobretudo pela opção de estudar os dois primeiros séculos, de documentação mais escassa. Como o livro é de Geografia Histórica, o autor começa pela discussão teórica do conceito “lugar”. Comenta, a seguir, as “Geografias do Passado”, com a afirmação da tradição dos estudos de Geografia Histórica, apesar do debate de que os geógrafos só deveriam examinar o presente. Daí passa a comparar a Geografia com a História e a discutir questões de método, com o exame das noções de tempo, espaço, período, região e lugar. Em seguida, define os objetivos, o lugar e a periodização: “O principal objetivo deste trabalho é discutir o processo de produção do território que esteve sob a jurisdição da cidade e da capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII” (v. I, p. 20). O território examinado restringe-se à área de seis léguas em quadra, instituída por Mem de Sá em 1567. A periodização é definida com o início em 1502, quando aparecem as primeiras informações sobre a Baía da Guanabara, e vai até o final do século XVII e início do século XVIII, com o desenvolvimento das minas gerais. Em seguida, o autor conta a história do próprio livro, dos quinze anos para sua produção, de suas pesquisas em arquivos nacionais e internacionais. A Introdução é concluída com uma apresentação das partes do livro e com os agradecimentos. Deve ser destacado que já na Introdução várias referências teóricas são citadas em notas de pé de página.

A primeira parte, com o título “O processo de conquista”, é composta por quatro capítulos.

O primeiro capítulo, “Contatos e aproximações”, começa pela polêmica do nome “Rio de Janeiro”. Em seguida, o autor comenta a feitoria do “Cabo Frio”. O capítulo é concluído com as disputas com os franceses e os antecedentes da fundação da cidade.

No segundo capítulo, com o interessante título “A França Antártica: um território que não foi”, o autor comenta a presença francesa nessa parte do litoral da América do Sul. Destaca as fontes utilizadas; a expedição de Ville-gagnon; as lutas pela posse da ilha e do forte de Coligny; a questão religiosa (na medida em que os franceses eram, em sua maioria, protestantes); e a dependência dos franceses em relação aos indígenas. O autor também comenta as imagens da França Antártica, divulgadas no período, assim como o envio de outra esquadra francesa em 1582, derrotada pelos portugueses nos Açores. Encerra o capítulo com a afirmação de que a “França Antártica” teria se resumido a uma figura de retórica, a uma “metonímia espacial”.

O terceiro capítulo, “A conquista da Guanabara”, é um dos mais importantes. Começa com a discussão sobre o papel do indígena, o desafio do território ocupado pelos franceses, o fim da “França Antártica” em 1560 e os pontos nebulosos sobre os eventos do período. A seguir, trata da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565 (v. I, p. 121), dos aspectos estratégicos e das vantagens do sítio escolhido. A povoação primitiva é comentada, na sequência, apesar dos poucos documentos existentes. O autor destaca que o Rio de Janeiro já teria sido fundado como cidade real. Sobre os primeiros povoadores, monta, com base em diversas fontes, um precioso quadro em que apresenta informações parciais sobre 116 nomes, citando títulos, ocupação, dados pessoais e proveniência (v. I, p. 137-140). Em seguida, comenta os últimos combates, quando trata da “conquista final”, e o capítulo é concluído com comentários sobre a transferência da cidade, em 1567, da antiga “cidade velha” para o morro do Castelo, sítio em acrópole, típico das cidades portuguesas.

O quarto capítulo tem o título “A submissão do indígena e a consolidação da conquista”. Ou seja, após os franceses, o combate se volta contra os índios, considerados inimigos. Comenta o significado dos aldeamentos, a guerra justa e os “descimentos” dos indígenas para os aldeamentos, bem como a guerra do governador Salema, a qual resultou no extermínio dos tamoios. Segue pelas entradas no sertão para resgate de mais índios; a concessão de terras para os aliados índios termiminós, na área da atual Niterói; a implantação dos primei-

ros aldeamentos, o de São Lourenço (Niterói) e de São Barnabé (Itaboraí); a fundação de Cabo Frio; e os outros aldeamentos: o de São Pedro, em território goitacá, e o da baía da Ilha Grande. Destaca os conflitos com os colonos de São Vicente devido aos descimentos dos indígenas. Quando trata do papel dos indígenas na defesa da cidade, levanta um total de seis aldeamentos, com 403 indígenas mobilizados no período 1628-1633 (v. I, p. 193). O capítulo é concluído com comentários sobre o declínio dos aldeamentos, com dados da população aldeada desde 1587 até 1701 (v. I, p. 195).

A segunda parte, intitulada “A apropriação do território e a formação da sociedade colonial: agentes, ritmos e conflitos”, é dividida em seis capítulos.

O quinto capítulo é sobre a concessão de sesmarias e a expansão do povoamento. Este é um capítulo eminentemente geográfico, que começa comentando as sesmarias, a transposição do sistema para o Brasil e o método utilizado para o levantamento das fontes. Quando o autor discorre sobre as primeiras sesmarias concedidas, pode ser destacado um primeiro mapa, que localiza as sesmarias distribuídas no período 1565-1566, com suas áreas representadas em círculos em torno da Baía da Guanabara. Outro mapa é sobre as toponímias antigas, com sua localização. Em seguida, retoma a questão do início do povoamento europeu, no período 1567-1575, quando é apresentado um segundo mapa das sesmarias concedidas entre 1567-1575, mostrando sua interiorização. Essa interiorização é comentada a seguir, no período 1576-1600, quando dispomos de um terceiro mapa, com as concessões do mesmo período, já com extrapolação do termo da cidade, e de um quarto, relativo ao período 1601-1650, que registra um importante avanço em direção nordeste. Na parte referente ao preenchimento dos vazios e à subida das serras no período 1651-1700, temos um quinto mapa do mesmo período. O capítulo se encerra com a volta das lembranças da ocupação indígena, sobretudo na toponímia, quando o autor lista um total de 50 aldeias indígenas do recôncavo da Guanabara, identificadas por ele a partir dos dados de 1564 até 1638.

O capítulo sexto trata das terras da Câmara e de sua ocupação. Começa pela discussão sobre os patrimônios municipais e o patrimônio territorial concedido à Câmara do Rio de Janeiro em três doações. Detalha a ocupação das terras da Câmara e, a seguir, comenta os barreiros (para a produção de telhas, louças e tijolos) e palames (curtição do couro). Passa, na sequência, a examinar os primeiros engenhos de açúcar, com mapa indicando engenhos e pastos em

torno da lagoa Camambucaba (atual Rodrigo de Freitas), seguido pelo comentário da ocupação do vale do Carioca pelas atividades agrícolas. Destaca ainda o Engenho Pequeno, de difícil localização. O capítulo é finalizado com uma conclusão provisória sobre a administração das terras da Câmara.

O capítulo sétimo é sobre o patrimônio das ordens religiosas. Começa discorrendo sobre as terras da poderosa Companhia de Jesus e suas dificuldades iniciais, a primeira concessão de terras (Iguaçu) e o aproveitamento delas pelos jesuítas. As terras do vale do Macacu são comentadas, com a apresentação de um quadro que expõe as alienações realizadas pelos jesuítas desde 1580 até 1659. Conclui com as terras da fazenda de Santa Cruz. Passa a comentar o patrimônio fundiário dos beneditinos, apresentando um quadro das sesmarias concedidas ao Mosteiro de São Bento entre 1590 e 1651 e da evolução do patrimônio fundiário da ordem nos vales do Guaguaçu e Inhomirim, de 1591 a 1681. O patrimônio dos carmelitas também é tratado, com apresentação de quadros sobre suas sesmarias no período de 1594 a 1669 e de suas principais propriedades, entre 1594 e 1707. O capítulo é concluído com uma discussão sobre os controles das terras das ordens religiosas.

O oitavo capítulo trata da importante questão dos conflitos da apropriação territorial. O autor começa pela discussão da retomada, pela Coroa, de terras que não estavam sob sua jurisdição. Segue pelos conflitos com a capitania de São Vicente e com a capitania de Cabo Frio, quando apresenta um quadro com a listagem das sesmarias concedidas nessa última capitania, no período de 1576 a 1682, e outro, com as doações feitas pelos Loco-Tenentes das capitanias paulistas no sul da capitania do Rio de Janeiro, no período de 1566 a 1698. Comenta, a seguir, as intrusões da Câmara do Rio na área alodial da cidade (ou seja, que não pagava forros municipais), quando apresenta quadro com as sesmarias concedidas pelos governadores nas terras da Câmara, entre 1565 e 1679, seguido de outro, das sesmarias de chão concedidas no período 1688-1739. Uma parte importante do capítulo trata dos conflitos entre a Câmara e a Companhia de Jesus, que vão desde a demarcação das terras jesuíticas de Iguaçu, às tentativas de medição das terras da Câmara (com a demarcação definitiva realizada em 1753) e com a identificação do ribeiro, posteriormente chamado Catumbi. O capítulo se encerra com comentários sobre outros conflitos de propriedade e a disputa acerca dos terrenos de manguezais, na qual estavam também envolvidos os jesuítas.

No capítulo nono, o autor passa a discutir “As malhas de controle territorial”, quando examina a difusão das capelas e de patrimônios religiosos como formas de apropriação do território. Em seguida, comenta a multiplicação de freguesias, quando apresenta quadro com os senhores de engenho relacionados na fundação de três freguesias, em torno de 1645, e de 24 freguesias curadas ou coladas, estabelecidas no período de 1569 a 1699, assim como sua localização em um mapa, juntamente com os caminhos reais. Outros elementos de controle são destacados: as tropas de linha e os distritos de ordenança, com quadro apresentando 17 distritos no final do século XVII; os juizes de vintena, nas aldeias de vizinhos; os capitães do mato, no controle da população escrava; e os quadrilheiros urbanos, antecessores dos guardas urbanos. O capítulo é finalizado com comentário sobre os controles crescentes no final do século XVII, devido à descoberta de ouro nas minas, incluindo a relação dos novos fortes construídos pela Coroa.

O último capítulo da segunda parte e do primeiro volume, o décimo, é sobre a formação da sociedade colonial fluminense. Para mim, um dos mais interessantes. Começa pelo crescimento da população, com apresentação de quadro comparativo entre as diferentes capitânicas, vilas e cidades, citando autores do século XVI. Segue discutindo os degredados e homiziados, componentes da população inicial. Passa para o exame da “nobreza da terra”, sobretudo os senhores de engenho, com seus privilégios. Uma parte maior é dedicada aos oficiais mecânicos, com a discussão sobre o sistema corporativo em Portugal e os ofícios mecânicos no século XVII, incluindo um quadro com os grupos artesanais que elegeram juizes e escrivães de ofício entre 1636 e 1649. Outro quadro importante é o que lista 39 ofícios mecânicos identificados no período de 1601 a 1700. Outro grupo que requereu um longo relato foi o dos cristãos-novos, com comentários desde o contexto da Península Ibérica à situação no Rio de Janeiro no século XVII, descrevendo as primeiras animosidades e as perseguições aos marranos fluminenses, quando é apresentado um quadro com informações sobre os familiares [oficiais leigos] da Inquisição que atuaram no Rio de Janeiro nos séculos XVII e início do XVIII. O capítulo é concluído com o exame dos mercadores e homens de negócio, com quadro destacando as escrituras subscritas por um negociante no período de 1674 a 1710.

O segundo volume é composto pela terceira e quarta partes, pela Conclusão, pelas Referências Iconográficas e pela Bibliografia.

A terceira parte, intitulada “O Rio de Janeiro e o sistema atlântico”, é composta por três capítulos.

No capítulo 11, o autor muda de escala: vai tratar da inserção do Rio de Janeiro na economia-mundo. Começa com a discussão sobre o comércio legal e ilegal com a região do Prata. Passa, em seguida, a discutir a reconquista de Angola, que tinha sido tomada pelos holandeses em 1648, o tráfico africano de escravos e a importância da cachaça como artigo de troca. Essas questões vão desembocar, segundo o autor, na “guinada atlântica” do Rio de Janeiro, quando são informadas as fontes documentais consultadas sobre escravos e os resultados obtidos em relação ao período 1626-1700, perfazendo um total de 6.401 escravos, dos quais apenas 342 eram indígenas (v. II, p. 40). O capítulo segue com a análise das conjunturas econômicas no século XVII, quando se destaca a importância das fontes primárias. O autor passa a analisar também a produção açucareira no Rio de Janeiro no século XVII, com comentários sobre os contratos dos dízimos reais e apresentação de quadro que levanta as arrematações de 1608 a 1713, incluindo os nomes dos arrematantes. Examina os preços do açúcar e suas oscilações no período de um século (1602 a 1702), assim como os quantitativos da produção, com um quadro que informa as quantidades de caixas de açúcar produzidas de 1643 a 1710. No final do capítulo, importantes anexos são apresentados. No Anexo 1, são listados os 94 contribuintes da preparação da armada para Angola em 1648 (v. II, p. 66-68). O Anexo 2 traz uma lista de 105 escravos africanos, com etnias declaradas, referente ao período 1652 a 1700, em sua maioria originários da região Congo-Angola (v. II, p. 69-70). No Anexo 3, são listados os 134 escravos identificados como do “gentio de Guiné” (embora alguns crioulos estejam na lista), pertencentes a Salvador Correia de Sá e Benevides, que retomou Angola dos holandeses, além de outros escravos de seus sócios do Engenho Cabeça, em 1662, totalizando 179; são também levantados os escravos de Merência de Barcelos, proprietária do Engenho de São Mateus, em 1700.

O capítulo 12 traz uma das maiores contribuições do autor: o detalhado estudo dos engenhos fluminenses. Com 101 páginas, equivale a um livro. O autor começa citando as inovações tecnológicas, quando apresenta mapa da localização dos engenhos no período 1601-1610. Comenta a construção da base de dados sobre os engenhos e dá como exemplo as informações levantadas sobre quatro deles, nos períodos: de 1638 a 1715 (em Inhaúma); 1645 a

1726 (em Mutuá); 1606 a 1643 (Lagoa); e 1645 a 1715 (Maruí). Informa, a seguir, a divisão temporal concebida para a análise dos engenhos, assim como a definição de zonas produtoras. Segue pelo comentário sobre o levantamento dos 162 engenhos identificados, um dos resultados mais importantes da pesquisa. São apresentados mapas dos engenhos fluminenses nos períodos 1621-1630, 1661-1670 e 1691-1700. O tamanho dos engenhos é também registrado, considerando o número de caldeiras, de bois e de escravos nelas existentes. Em seguida, trata dos lavradores e partidistas, com quadros que apresentam os números relativos a partidos de cana e plantéis de escravos e o número médio de escravos dos partidos. Retoma, em seguida, as propriedades de Salvador Correia de Sá e Benevides, que chegou a possuir cinco engenhos e 40 currais de gado (v. II, p. 111). Passa a comentar a complexidade dos negócios no campo e na cidade, e os 20 engenhos de cristãos-novos denunciados pela Inquisição entre 1708 e 1712. Destacou um negociante, com levantamento dos empréstimos por ele realizados entre 1689 e 1719, assim como a “circulação de engenhos”, ou seja, as mudanças de propriedade. O capítulo é concluído com uma tentativa de aproximação à paisagem do açúcar. O Anexo 4 traz os 162 engenhos, com suas denominações e período de funcionamento, por década, entre 1571 e 1700, e por zona produtora (p. 139-144). No Anexo 5, há um minucioso levantamento das transações dos engenhos, no período 1610-1700, com seus nomes e de seus proprietários, localização, número de caldeiras, bois e escravos, valor e fontes (v. II, p. 145-152). O longo Anexo 6 traz informações sobre os partidos de cana dos engenhos fluminenses no mesmo período do Anexo 5 (v. II, p. 153-169). O Anexo 7 informa os empréstimos concedidos aos particulares pelo Juizado dos Órfãos, no período de 1662 a 1700 (v. II, p. 170-177).

O capítulo 13 é voltado às “Turbulências seiscentistas”, que vão desde a utilização da força de trabalho indígena à crise de 1640 entre os moradores e os jesuítas, seguindo pela discussão do comércio livre e das frotas, com a criação da Companhia Geral do Comércio, em 1649, e a opressão resultante da carga fiscal elevada, que teve como efeito a revolta de 1660. Um quadro informa quem foram os participantes da revolta, suas atividades e a localização dos engenhos ou fazendas. O capítulo é finalizado com uma análise dos novos tributos e contribuições, como a do dote da infanta e da paz com a Holanda (1661), cabendo à Bahia a contribuição de 80.000 cruzados, ao Rio, 26.000 e

a Pernambuco, 25.000 (v. II, p. 205), o que confirma a importância secundária do Rio de Janeiro em relação à Bahia no século XVII.

A quarta e última parte, com o título “A cidade de São Sebastião”, é formada por cinco capítulos.

O capítulo 14, “Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião”, passa a análise para o nível urbano, o que considero de maior interesse. O autor o inicia comentando a documentação utilizada, com destaque para os livros de registros de cartas sesmarias. Trata, a seguir, da dificuldade do sítio, da implantação do modelo urbano básico (cidade alta/cidade baixa) e dos primeiros caminhos. Volta a comentar a importante sesmaria dos jesuítas e o difícil caminho que percorreu para descobrir o significado da palavra “trasto”, ou seja, da “área livre situada imediatamente à frente de uma muralha” (v. II, p. 223). Na sequência, trata da Cidade Alta, quando apresenta quadro com informações sobre sesmarias de chãos concedidas nessa parte da cidade, no período 1507 a 1568. Comenta então os baluartes, muro e portas da cidade, apresentando três mapas conjecturais, a partir de três hipóteses da existência de muro no Rio de Janeiro em 1568. Segue com informações sobre a “descida” do povoamento para a várzea da cidade, com apresentação de mapa dos principais elementos estruturadores no século XVI, e discute se a materialização da cidade resultou de um “plano mental”. Destaca, a seguir, a tendência à regularidade do plano original e a apropriação da “retroterra embrejada”, ou seja, dos terrenos alagadiços, com o rastreamento de algumas sesmarias originais e com a inferição de sesmarias, através de interpolação de informações de documentos cartoriais. Um plano urbano de 1680 é desenhado, com destaque para as “ruas de traseiras”. Segue com comentário sobre a conquista da várzea por meio dos trabalhos de drenagem e conclui o capítulo com o despovoamento do “berço da cidade”, ou seja, da Cidade Alta, com a transferência da Casa de Câmara e Cadeia para a várzea, ficando a parte alta da cidade “decadente e ruralizada” (v. II, p. 271). O Anexo 8 trata da polêmica sobre a localização da Sé original.

No pequeno capítulo 15, são examinados os rossios da cidade, os baldios ou terras comunais (v. II, p. 277). Começa por comentar o “campo da cidade” para pastagem; segue pelo rossio da Prainha, na atual Praça Mauá, que era o rossio da Câmara (v. II, p. 286); comenta também o campo de Nossa Senhora da Ajuda, para pastos, o campo do Catete, que também continha um pasto livre, e um rossio que surgiu no mar, a partir de assoreamentos ou “acrescidos”

conquistados do mar. Um quadro dos aforamentos dos chãos da Praia da Cidade, em 1647, é apresentado. O capítulo se encerra com a questão de que fim teria levado a “praça”, quando é apresentado um interessante mapa localizando os diferentes rossios do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII.

Capítulo de maior fôlego é o 16, que trata da “construção do espaço urbano no século XVII”, um dos mais importantes do livro em análise. O autor começa pelos comentários sobre a base dos dados urbanos no século XVII e a questão das toponímias urbanas, quando informa um total de 1.289 fontes documentais examinadas, das quais 1.094 são escrituras, o que confirma a seriedade e a enormidade do trabalho realizado. Comenta ainda as localizações aproximadas e a proposta de dois setores urbanos, norte e sul, com apresentação de mapa para sua localização, em torno de 1680. Passa a explicar sobre a crescente solidez do espaço urbano, com o registro da utilização da taipa e do aumento do uso da pedra e cal, em 386 construções, no período de 1650 a 1700 (v. II, p. 308). Comenta, a seguir, a presença tímida da Coroa portuguesa, com papel quase exclusivo nas fortificações, construídas com a ajuda dos moradores. Por outro lado, o papel das ordens religiosas na cidade é destacado, começando pela Companhia de Jesus, com a informação do número de religiosos e das rendas do Colégio do Rio de Janeiro (originárias, sobretudo, da venda do açúcar e do gado). Os beneditinos e seus chãos são analisados também, assim como os carmelitas e franciscanos. Esta parte é concluída com a luta pela implantação de um convento de freiras, como a ocorrida em Salvador, só autorizada pela Coroa em 1705 (v. II, p. 324). Continua com o exame das ermidas e igrejas na paisagem carioca, apresentando mapa de localização de ermidas, igrejas e conventos nos séculos XVI e XVII. Igualmente interessante é a discussão sobre as irmandades e confrarias, com apresentação de quadro que traz o levantamento de 44 irmandades, desde 1566 até 1700, com suas respectivas localizações. Podem ser destacadas as irmandades do Rosário dos Homens Pretos, anterior a 1639, e a de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, de 1654 (v. II, p. 330-333). Passa a comentar o “congelamento jurídico” dos imóveis, ou seja, os imóveis encapelados, os logradouros públicos a partir do calçamento e cordeamento e a limpeza das ruas. Cita as ruas e cantos como marcos de referência, diante da ausência de numeração e nomes oficiais. Um quadro apresenta os logradouros formadores dos cantos (intersecções de ruas), com suas denominações, e é seguido por mapa, com a localização dos principais cantos do Rio

no século XVII. As moradias também são comentadas, com a elaboração de uma planta baixa conjectural de residência nos meados do século XVII. O início da “verticalização urbana” é apontado, com quadro que mostra o registro dos sobrados no período de 1601 a 1700, por setores e logradouros da cidade, assim como o de “moradas de casas de dois sobrados” [prédios de três andares], entre 1652 e 1707. O capítulo é concluído com os “paços” da cidade, ou seja, as residências nobres. O Anexo 9 traz a listagem de 625 imóveis, por material de construção, segundo setores e logradouros, no período 1601-1700 (v. II, p. 353-356). O Anexo 10 é sobre o efetivo dos religiosos desde 1575 até 1707 (v. II, p. 357-360). O importante Anexo 11 apresenta informação sobre os logradouros do século XVII, com sua equivalência atual (v. II, p. 361-371).

O capítulo 17 é também muito importante e tem o título “O Rio de Janeiro do século XVII: economia urbana e organização interna”. Inicia-se com a discussão dos monopólios: dos contratos do sal e das baleias, da pesagem do açúcar, do comércio da carne verde e da especulação com as mercadorias. Segue comentando a estrutura interna das cidades pré-industriais, quando cita a literatura internacional sobre o assunto. Em seguida, passa a comentar o espaço artesanal do Rio, com quadro que lista a localização das tendas de artesãos segundo os ofícios mecânicos. Trata, em seguida, da indústria naval, com destaque para a construção do galeão *Padre Eterno*, “um dos maiores navios construídos no século XVII” (v. II, p. 395), que deu o nome à Ilha do Galeão. Comenta ainda os espaços mercantis, com quadro onde se obtêm os endereços de 130 homens de negócios e mercadores, por logradouro, no período 1681-1711 (v. II, p. 397), assim como os da residência urbana dos senhores de engenho, 136 dos quais tiveram seus endereços registrados em quadro, em três períodos do século XVII (v. II, p. 400). A seguir, o autor levanta a questão da formação de um “bairro marrano” no Rio de Janeiro, apresentando um quadro com 58 moradias dos cristãos-novos, por setor e logradouro, no período 1676-1711. Levanta ainda a preciosa informação sobre a planta de valores do Rio seiscentista, com quadro que registra o valor médio dos imóveis transacionados entre 1651 e 1700, por setor e logradouro. O capítulo é finalizado com o esboço da estrutura urbana da cidade no final do século XVII, e com mapa que destaca as áreas de domínio de atividades artesanais e dos senhores de engenho, o núcleo comercial e as ruas de concentração de marranos. O Anexo 12 traz a lista dos responsáveis por um abaixo-assinado solicitando a implantação de pesos e

balanças no trapiche, em 1691 (v. II, p. 409-412). O longo Anexo 13 apresenta a relação dos homens de negócios e assemelhados, com suas qualificações e endereços (v. II, p. 413-428). No Anexo 14, são localizadas as residências urbanas dos senhores de engenho no Rio de Janeiro (v. II, p. 429-437). O Anexo 15 traz a lista dos cristãos-novos moradores no Rio, denunciados ao Santo Ofício, segundo suas atividades e com seus endereços (v. II, p. 438-443).

O último capítulo, o 18, é sobre “a vida urbana nos espaços coletivos: comércio, controle e festa”. Traz, no início, o exame dos mercados públicos, seguido pela exposição do controle realizado sobre os negros de ganho e da vigilância constante no período. O pelourinho e a força são comentados como símbolos do poder do Estado. Mais importante é o tratamento dado aos espaços de festa e de representação de poder. O capítulo é concluído com comentários sobre as procissões de *El Rei* no Rio de Janeiro seiscentista, sobretudo a de *Corpus Christi*.

A conclusão do livro não é longa. O autor a inicia confirmando seu desejo de, a partir do exame dos pares dialéticos: “relacionar o conhecimento histórico com o geográfico; a narração com a descrição; a grande escala com a pequena; a sincronia com a diacronia; a indução com a dedução; a análise com a síntese; o processo social com a forma espacial” (v. II, p. 462), ou seja, preocupações que identificam o seu trabalho como sendo de Geografia Histórica, o que o diferencia, portanto, dos estudos históricos tradicionais. Comenta, para concluir, o envio do procurador da Câmara a Lisboa, no final da década de 1660, o qual relata os principais problemas da época – a baixa dos preços do açúcar, as transformações ocorridas com as chegadas das frotas – e encerra com as mudanças devidas à descoberta do ouro nas minas gerais, que ocorre juntamente com o final do Rio de Janeiro canavieiro. Finalmente, o livro se termina com a referência à mudança da sede do vice-reinado de Salvador para o Rio, em 1763, o que levaria a uma nova conjuntura de transformações (v. II, p. 466).

As referências iconográficas são apresentadas nas páginas 467 a 471.

A bibliografia geral é dividida em quatro partes: (1) as fontes manuscritas, quando são informados os arquivos pesquisados: o Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio; o Arquivo do Estado de São Paulo; o Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio; o Arquivo Geral da Cidade do Rio; o Arquivo Nacional; o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; e o *Archivum Romanum Societatis Iesu*, no Vaticano; (2) as fontes

impressas, que totalizam 124 referências; (3) as obras de referência, num total de 21; e (4) os livros, teses, dissertações e artigos, totalizando 303 referências.

Deve ser destacada ainda a parte gráfica do livro, a qualidade das imagens reproduzidas, assim como a importância da cartografia histórica com a qual o autor procurou localizar fenômenos, como no caso das sesmarias, das terras da Câmara e das ordens religiosas, que por si só, já seria suficiente para qualificar o trabalho. Outro destaque a ser dado é ao ineditismo do trabalho de levantamento e localização da quase totalidade dos engenhos de açúcar fluminenses, um verdadeiro quebra-cabeça, que ele conseguiu juntar e recuperar, um feito que os historiadores não haviam logrado realizar.

Além do mais, o livro também traz toda uma dimensão teórica, com a citação de uma rica bibliografia internacional, mantendo sempre a coerência interna, a de não se afastar de sua preocupação principal, isto é, a de “realizar um grande esforço de análise e síntese, que integre processo social e forma espacial e que dê sentido ao processo de formação de um lugar” (v. I, p. 20). Sua qualidade principal, entretanto, é a de recuperar parte importante do passado da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro nos seus dois séculos iniciais, uma contribuição com dimensões braudelianas e que vem consolidar a Geografia Histórica brasileira.